



University of  
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

# revistafsa

[www4.fsnet.com.br/revista](http://www4.fsnet.com.br/revista)

Rev. FSA, Teresina, v. 17, n. 10, art. 15, p. 285-309, out. 2020

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2020.17.10.15>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



MIAR



## Ocupação Irregular do Rio Paraguai: Fator Predominante para a não Acessibilidade dos Moradores do Bairro Jardim Oliveira, Cáceres/Mt

## Irregular Occupation of the Paraguay River: Predominant Factor for the Non-Accessibility of the Inhabitants of Bairro Jardim Oliveira, Cáceres / Mt

**Almerinda Auxiliadora de Souza Silva**

Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado de Mato Grosso

E-mail: [almesouza@hotmail.com](mailto:almesouza@hotmail.com)

**Flávio Bezerra Barros**

Doutorado em Biologia da Conservação pela Universidade de Lisboa

Professor Associado do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da UFPA

E-mail: [flaviobb@ufpa.br](mailto:flaviobb@ufpa.br)

**Endereço: Almerinda Auxiliadora de Souza Silva**

Avenida Augusto Corrêa, Nº1, Cidade Universitária José da Silveira Netto, Guamá, CEP: 66075-110, Belém, PA. Brasil.

**Endereço: Flávio Bezerra Barros**

Avenida Augusto Corrêa, Nº1, Cidade Universitária José da Silveira Netto, Guamá, CEP: 66075-110, Belém, PA. Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues**

Artigo recebido em 02/06/2020. Última versão recebida em 16/06/2020. Aprovado em 17/06/2020.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



## RESUMO

Este artigo tem como finalidade apresentar a não acessibilidade dos moradores do bairro Jardim Oliveira, na cidade de Cáceres, Mato Grosso, diante da apropriação da área marginal do rio Paraguai. Buscamos entender como esses fatos interferem nas relações socioambientais nos dias atuais dos moradores. Como é a acessibilidade dos moradores do Jardim Oliveira ao rio Paraguai? Como os moradores do Jardim Oliveira concebem os impactos ambientais que ocorrem na área marginal do rio Paraguai? O estudo é de caráter descritivo com abordagem qualitativa, ancorada em fontes bibliográficas e documentais. Para a coleta de dados, utilizamos os procedimentos metodológicos pautados em observação e em entrevista semiestruturada com roteiro previamente elaborado. As imagens registradas se constituíram como recursos de grande importância para a construção dos resultados, da análise e interpretação dos dados coletados, para os quais priorizamos as falas que viessem a contemplar o objetivo do estudo. Os resultados revelaram que a questão da acessibilidade ao rio é um dos fatores mais lamentados pelos interlocutores, pois se recordam como era a margem do rio antes da apropriação. Ao longo da área marginal, constata-se a atividade de extração de areia e implantação de tabladros, que são geradores de significativos impactos ambientais aos moradores do bairro e para o próprio ecossistema.

**Palavras-chave:** Problemas Socioambientais. Rio Paraguai, Recursos Naturais. Mato Grosso.

## ABSTRACT

This article aims to present the non-accessibility of the residents of the Jardim Oliveira neighborhood, in the city of Cáceres, Mato Grosso, before the appropriation of the marginal area of the Paraguay river. We seek to understand how these facts interfere in the socio-environmental relations in the residents' current days. How is the accessibility of the residents of Jardim Oliveira to the Paraguay River? How do Jardim Oliveira residents conceive of the environmental impacts that occur in the marginal area of the Paraguay River? The study is descriptive with a qualitative approach, anchored in bibliographic and documentary sources. For data collection, we used the methodological procedures based on observation and semi-structured interviews with a previously prepared script. The recorded images were constituted as resources of great importance for the construction of the results, for the analysis and interpretation of the collected data, for which we prioritized the statements that would come to contemplate the objective of the study. The results revealed that the question of accessibility to the river is one of the factors most regretted by the interlocutors, as they remember what the river bank was like before the appropriation. Along the marginal area, there is the activity of sand extraction and implementation of platforms, which generate significant environmental impacts for the residents of the neighborhood and for the ecosystem itself.

**Keywords:** Socio-Environmental Problems. Paraguay River. Natural Resources, Mato Grosso State.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a não acessibilidade dos moradores do bairro Jardim Oliveira na cidade de Cáceres-MT diante da apropriação da área marginal do rio Paraguai no referido bairro. A escolha da área geográfica justifica-se na propositura de discutir assuntos que viessem contribuir com as questões locais, por compreender que a relação do ser humano com a natureza vai além dos aspectos naturais, relaciona-se às atitudes e aos valores culturais, não ao valor monetário, capitalista, mas ao valor aliado aos significados atribuídos pelo outro, à comunhão com a natureza.

A margem esquerda do rio Paraguai no bairro Jardim Oliveira encontra-se atualmente antropizada, assim como em toda área marginal da cidade de Cáceres, o que se configura numa arena em que os dilemas socioambientais envolvem diversos atores com posicionamento diferente em razão do modo de uso desse recurso natural, pois desde a ocupação do bairro a margem esquerda do rio se tornou objeto de intensa apropriação. Essa intercorrência tem ocasionado diversos problemas socioambientais, obstinando o desenvolvimento social do bairro e da população que lá reside, considerando que o rio Paraguai ocupa um lugar de centralidade no modo de vida dos moradores.

Na busca de compreender o Jardim Oliveira a partir da realidade de seus moradores, levantamos alguns questionamentos: Como é a acessibilidade dos moradores do Jardim Oliveira ao rio Paraguai? Como os moradores do Jardim Oliveira concebem os impactos ambientais que ocorrem na área marginal do rio Paraguai?

Assim, o estudo se constitui em grande relevância a partir da construção dos conhecimentos a respeito do bairro, para que a população que lá reside possa reivindicar a garantia dos direitos ao acesso ao rio Paraguai, sendo este um bem público, levando em consideração que o conhecimento das pessoas a respeito do espaço de vivência torna-se de fundamental importância para que busquem alternativas de melhorias ao ambiente ao qual estão inseridos, de modo a prevenir ou reverter processos de degradação do rio Paraguai, que acabam comprometendo a qualidade de vida de seus moradores e do próprio rio em questão.

Nos dias atuais, o rio Paraguai tem-se tornado motivo de severas discussões, tendo em vista o seu modo de uso, de ocupação e de apropriação, bem como, em seu entorno, pois há “precariedade de infraestrutura como saneamento básico que colabora para a deterioração da qualidade da água do rio Paraguai e de seus afluentes” (BUHLER *et al.*, 2013).

Para o morador da região de Cáceres, especificamente os moradores do bairro Jardim Oliveira, o rio Paraguai é um parceiro importante que proporciona lazer, alimento e reforça a

economia local. Este rio abriga incontáveis espécies de peixes que fazem parte da culinária e cultura cacerense. Conforme Araújo *et al.* (2009, p. 24), para quem tem a oportunidade de fazer um passeio pelo rio por meio do uso das embarcações existentes no porto de Cáceres, poderá observar as belezas naturais que esse importante recurso natural proporciona.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Bindandi (2014), o rio Paraguai é uma hidrovia histórica de notável importância, não somente para o Brasil, mas também para os países que compõem a bacia do Prata, para Mato Grosso e para a cidade de Cáceres que tem a sua história associada à presença marcante desse rio, tendo em vista que mesmo antes da chegada dos colonizadores europeus já fazia parte da população nativa que no local se encontrava.

É pertinente ressaltar que toda a margem esquerda do rio Paraguai na cidade de Cáceres é ocupada, tal fato se constitui desde o processo histórico de ocupação iniciada ainda no século XVIII a partir do surgimento do núcleo urbano, podendo ser constatado até nos dias atuais a presença de casas e pontos comerciais, como também a ocupação do leito do rio com restaurantes flutuantes e ancoradouros de barcos de pequeno e grande porte (barco-hotéis) e lanchas (SILVA, 2011).

O processo histórico de ocupação, apropriação e expansão da cidade de Cáceres/MT, está relacionado com a ocupação do Estado de Mato Grosso, desde a época dos bandeirantes, ocorrida na metade do século XVIII, em que grandes tensões territoriais ocorriam em função do ciclo do ouro, momentos em que os olhares e soberania de Portugal se valiam sobre o rio Paraguai (MENDES, 2010).

De acordo com Mendes (2010), ao pensar na criação da cidade de Cáceres (nesse processo tinha o nome de Vila Maria), os aspectos e características territoriais foram significativos, estes se valiam por além de estar situada em um terreno plano e arenoso, viam-se outros três motivos relevantes: o primeiro pela fertilidade do terreno e por ser banhado pelo rio Paraguai, certamente este contribuiria para as pastagens e para a agricultura. O segundo devido à localização geográfica da cidade que facilitaria as comunicações entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá, bem como o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois centros populacionais mais importantes à época na região mato-grossense. O terceiro motivo, por acolher cerca de 78 índios de ambos os sexos, oriundos das províncias castelhanas dos Chiquitos e dos Moxos, pois estes contribuiriam para com o povoamento da cidade, ao construírem suas cabanas (MENDES, 1998, p. 60-61).

Conforme Mendes (2010), a Vila Maria impunha medidas e estratégias que passaram a ser vigoradas de ordem política, considerando que a cidade era a chave da navegação fluvial com o estado de São Paulo, destacando-se o rio Paraguai, ao passo que a partir da fundação de Vila Maria, começa a receber o contingente populacional oriundo de outros estados e, conseqüentemente, o aumento urbano.

Nesse percurso muitos fatos históricos ocorreram a partir do rio Paraguai e dessa forma quatro fases importantes foram descritas por Mendes (2010), que se iniciaram em 1778, estendendo-se até o ano de 1859 com a criação do Município, seguida de 1850 a 1950/60, na seqüência de 1960 até 1970 e a última fase em 1980. Um dos fatos relevantes ocorrido é destacado por Mendes (2010) “a construção das pontes sobre o rio Paraguai e o rio Cabaçal, as quais possibilitaram tréguas à navegação fluvial, pois a partir da construção dessas vias de acesso facilitou o transporte rodoviário e Cáceres passou a receber um contingente de migrações. Dessa forma, surgem novos núcleos e Cáceres se insere no cenário mato-grossense como grande produtora agrícola, visto que, em 1976, é instalado e inaugurado o terminal Portuário da PORTOBRÁS, munido de esteira rolante.

Com isso medidas foram adotadas e, em 1984, reiniciou-se a navegação pelo rio Paraguai, visando o escoamento de parte da produção agrícola de Mato Grosso (SANTOS, 2009, 145). O que é possível de entender que a partir dessas articulações políticas ocorrem severas degradações ambientais tanto na cidade de Cáceres, assim como no próprio rio Paraguai.

Diante dos fatos históricos, em face da ocupação de Cáceres no Estado de Mato Grosso, Silva e Sato (2010) asseveram que os conflitos socioambientais nesses espaços não são exclusivos dos tempos atuais. São na verdade heranças do desenvolvimento e do processo histórico vivenciado no Brasil e no estado de Mato Grosso. As autoras reforçam ainda que a história de ocupação desse território é motivada por conflitos; no entanto, trata-se de uma história que revela a resistência, a revolta, os protestos diante a insubordinação, mas também revela o campo de sonhos e de esperanças.

Na década de 1960 foi instalada em Cáceres a colonizadora Rio Branco (SANTOS, 2009). Assim, Cáceres passou a receber migrantes oriundos do Sul e de Minas Gerais, atraídos pelo baixo preço da terra e a busca por melhores condições de vida, fenômeno que incrementou o processo de povoamento da região (SANTOS e ZAPARONI, 2012, p. 128). Silva e Sato (2010) argumentam que de uma maneira ou de outra, os processos migratórios em Mato Grosso contribuíram para com a degradação ambiental que afetou diretamente os diversos povos na área em que habitavam, gerando “um grande ônus ambiental às populações

locais”.

Santos (2009), Moreno e Higa (2005), Santos e Zaparoni (2012) enfatizam que programas e projetos de colonização no estado de Mato Grosso foram inseridos nas políticas como polo estratégico de desenvolvimento. Estes autores mencionam ainda que a partir do Programa de Integração Nacional (PIN), além da implantação das BR 070 e BR 174, que viriam a contemplar os estados de Mato Grosso e Rondônia, resultou na implantação de programas federais: Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), Programa Espacial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAM), Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - POLONOROESTE e o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal. Com isso, Santos e Zamparoni (2012) afirmam que nesse movimento ocorre a expansão urbana na medida em que a cidade de Cáceres passa a receber um número considerável de contingente populacional, agrupando a Sul e a Oeste da cidade, abrangendo a margem do rio Paraguai e, com o desenvolvimento dos programas federais, ocorreu o crescimento populacional, conseqüentemente o surgimento de novos bairros nos quatro cantos da cidade e, de forma acentuada, entre os anos de 1966 a 1989, no entanto, de forma irregular, como aponta Silva (2011), a área marginal do rio não ficou fora dessa ocupação, ocasionando a pressão antrópica sobre este rio.

Nesse sentido, as condições históricas dentro das quais estas expansões e apropriações da margem esquerda do rio ocorreram e ainda ocorrem, acarretam em problemas socioambientais. Isso porque essas apropriações não tiveram o devido planejamento dos órgãos governamentais responsáveis pela ordenação da urbanização, estes competentes pela aplicação de medidas, conforme o estabelecido nas leis em vigência.

No Jardim Oliveira o processo de apropriação da margem do rio Paraguai ocorreu em face do surgimento do bairro no ano de 1996, a área pertencia à empresa EMPA (Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agrícola) a qual foi desativada por apresentar irregularidades para o desenvolvimento dos trabalhos concernente à pesquisa. Assim, esta área ficou abandonada, propensa para sua ocupação que veio a ser consolidada no ano de 1996 por diversas pessoas e grupos de atores, entre eles: sem-tetos, sem moradia própria, pessoas que moravam em fazendas, sítios e chácaras, trabalhadores, desempregados, pescadores profissionais que moravam em outros bairros, mas exerciam a pesca nas proximidades da EMPA, como também fizeram parte deste movimento de ocupação pessoas que moravam no lixão do bairro Santo Antônio da cidade de Cáceres/MT, pois se viam em condições sub-humanas.

De acordo com Souza (2015), a esse movimento reuniu um grande número de pessoas,

na ocasião a área foi dividida por lotes de 15 por 30 metros aos ocupantes. Quando a notícia chegou ao governo do Estado de Mato Grosso, o então Governador Dante de Oliveira, em visita ao local, constatou o quantitativo de famílias na localidade, por questão política se viu em uma posição em que algo teria que ser feito, dessa forma sancionou em lei a doação da área para a Prefeitura Municipal de Cáceres para que esta providenciasse a regularização da área aos moradores que faziam parte do movimento ocupacional.

Este fato foi amparado através da Lei s/n datada de 10/11/1998, proveniente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, aprovada e sancionada pelo então governador do estado Dante de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a adquirir da EMPAER (Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A), esta por sua vez contemplava seis artigos, e explícito no Art. 1º e Art. 3º que destacavam que o imóvel descrito no Artigo 1º da lei acima mencionada, seria doado à Prefeitura Municipal de Cáceres, e que seria destinado “exclusivamente ao assentamento das pessoas já cadastradas e selecionadas pelo município e pela unidade executora local do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária – INCRA”.

No entanto, os encaminhamentos não ficaram a cargo do INCRA, tendo em vista que não se tratava de divisão de terras que viesse a atender à Reforma Agrária, mas sim, tratava-se de um loteamento populacional, nesse caso de competência da Prefeitura Municipal de Cáceres. Em 9 de maio de 1997, contava-se com um número expressivo de 912 famílias cadastradas, a área passou a ter categoria de bairro através da Lei Municipal nº 1.411 de 08/10/1997. A partir de então, a Prefeitura Municipal de Cáceres passou a realizar a cobrança do IPTU (Imposto Predial Territorial e Urbano) e pequenas benfeitorias foram realizadas, a população passou a receber em suas residências água encanada, energia elétrica, ruas foram cortadas e identificadas por ordem numérica. O projeto de energização do Jardim Oliveira não atendeu no primeiro momento a toda população que lá ocupava, foi realizada em etapas, tendo em vista o quantitativo de famílias que lá se instalou na ocasião da ocupação.

A 1ª etapa do projeto visou atender cerca de 240 famílias (AMORIM, 2003). Essa etapa atendeu primeiramente aos moradores das casas localizadas nas proximidades da margem esquerda do rio Paraguai e das casas nas proximidades do bairro Jardim Imperial, pois este bairro já possuía rede de energia elétrica.

Até os dias atuais os moradores não possuem a documentação de seus lotes, principalmente os moradores localizados à margem esquerda do rio, que aguardam a decisão da justiça para conseguir a documentação (COSTA et al., 2014). Dessa forma, o IPTU é o único documento que os moradores possuem em mãos. Estes lhes dão garantia como

proprietários da área em que residem. Por mais que efetuem o pagamento do referido imposto, a área está sob processo judicial devido à localização de área de APP (Área de Proteção Permanente) e por ser pertencente à União.

Em 2014 a Prefeitura Municipal de Cáceres criou a Lei nº 2.431 de 12 de maio de 2014, cuja finalidade foi de denominar as Ruas, Avenidas e outros logradouros da cidade. Tem a propositura ainda de definir o marco de referência para numeração dos imóveis, desmembramentos de bairros, visando atender ao projeto de codificação postal no Município de Cáceres/MT. Assim, suas ruas, avenidas e logradouros foram reorganizados. Observa-se que as ruas seguiam uma sequência numérica e com a criação da Lei acima mencionada as ruas do bairro passaram a ser denominadas para uma melhor localização.

### 3 METODOLOGIA

A área de estudo está localizada no município de Cáceres, na margem esquerda do rio Paraguai, região Sudoeste do Estado de Mato Grosso, na mesorregião do Centro-Sul mato-grossense e microrregião do alto Pantanal. A área territorial de Cáceres corresponde a 24.796,8 km<sup>2</sup>. Distante a 215 km da cidade de Cuiabá/MT (capital).

A pesquisa foi realizada no período de agosto de 2015 a maio de 2016, com moradores do bairro Jardim Oliveira. Possui caráter descritivo, com abordagem qualitativa. Conforme Minayo (1994), o método qualitativo responde às questões muito particulares e se constitui como a melhor forma de compreender a realidade vivenciada pelos moradores do Jardim Oliveira.

Para Bogdan e Biklen (1994); Lüdke e André (1986), o diálogo, a interação, a troca de saberes e as experiências permitem a aproximação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, bem como, com o objeto investigado em ambiente de pesquisa. Assim, destacamos que a primeira visita no Jardim Oliveira ocorreu de forma ocasional, em uma manhã de sábado, ao sair para reconhecer a área de estudo, quando nos deparamos com a família do Senhor Natalino (nome fictício) que sem nos conhecer anteriormente, nos tratou com muita presteza e cordialidade, nos convidando a adentrar em sua residência, em questão de poucos minutos de conversa nos relatou diversos fatos sobre o bairro, momento em que nos deixou deslumbrados com a riqueza dos detalhes, assim como sobre a beleza do lugar, com os pássaros nos quintais, com a vista do pôr do sol, pois sua residência fica nas proximidades do rio Paraguai.

Na coleta de dados, utilizamos procedimentos metodológicos pautados em observação e entrevista semiestruturada com roteiro previamente elaborado. Assim as conversas e as entrevistas eram sempre realizadas nas residências dos participantes deste estudo. Foi uma constante nesse percurso, bem como sempre que a entrevista era finalizada, um convite feito pelos interlocutores para conhecer seus quintais, para uma caminhada pela margem do rio, a amostra dos peixes em seus refrigeradores fruto do trabalho de pesca, momentos em que registrávamos as imagens que comporiam o trabalho, para estes registros tivemos como auxílio: caderno de campo, gravador e câmera fotográfica. A coleta de dados somente foi realizada após a submissão e aprovação do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o Parecer nº 1.511.948 em 25 de abril de 2016, como também para utilizar os instrumentos técnicos foi necessária a autorização dos participantes da pesquisa a partir do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

Vale ressaltar que as imagens registradas se constituíram como recursos de grande importância para a construção dos resultados, da análise e interpretação dos dados coletados, para os quais priorizamos as falas que viessem a contemplar o objetivo do estudo. De acordo com Gomes (2007), em se tratando de pesquisa qualitativa não há necessidade de envolver o conjunto das falas e das expressões dos interlocutores, tendo em vista que por se tratar de um único bairro, e os sujeitos do estudo serem agrupados, é possível ter muitos pontos em comum, assim como pode-se averiguar singularidade e ou diversidade de opiniões (GOMES, 2007, p. 81).

Os sujeitos da pesquisa são moradores do bairro Jardim Oliveira, com um número específico de 20 participantes. Por questão ética da pesquisa constante no TCLE, procuramos manter preservadas suas identidades, portanto não revelamos seus verdadeiros nomes. Estes foram agrupados da seguinte maneira: Grupo 01 - Moradores das proximidades do rio Paraguai; Grupo 02 - Moradores permanentes na margem esquerda do rio Paraguai; Grupo 03 - Moradores usuários do rio Paraguai (pescadores profissionais, pescadores amadores e lazer), tanto da margem esquerda, quanto das proximidades e Grupo 04 - Moradores proprietários (residenciais e comerciais), tanto da margem esquerda quanto das proximidades.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Participaram do estudo um total de 20 moradores, sendo 11 do sexo feminino e 9 do sexo masculino. A idade dos participantes variou entre 28 a 81 anos. Dos 20 moradores entrevistados, 7 (sete) residem desde a ocupação ocorrida no ano de 1996, os demais residem de 2 a 17 anos na localidade. Três não são proprietários das residências onde moram, sendo

que uma pessoa mora de aluguel e duas moram em casas cedidas por parentes. Assim, evidenciamos que a maioria dos moradores entrevistados são proprietários de suas residências, como também os que não participaram da ocupação os lotes/casas foram adquiridos através da compra.

A área total dos lotes são de 15 por 30. Há que se destacar que a maioria dos moradores permanentes da margem esquerda do rio Paraguai ultrapassou a área do loteamento chegando a ocupar 15/100. Sobre isso, dois participantes do estudo disseram que pagam o imposto para a União Federal por ocupar a margem esquerda do rio, 1 (um) respondeu que paga apenas o IPTU referente à área que corresponde a sua residência, esta relatou que desconhece o fato de ter que pagar por ultrapassar e ocupar a área pertencente à união. Uma das interlocutoras relatou que não ultrapassa a margem esquerda do rio Paraguai para que a população local, como pessoas de outro bairro, possa ter acesso ao rio.

Há uma diversificação nas atividades desenvolvidas pelos participantes da pesquisa que estão entre: comerciantes, do lar, artista plástica, doméstica, pescadores, aposentados que são na maioria funcionários públicos dos órgãos estaduais e federais. Os com maior grau de escolaridade possuem o ensino superior, com pós-graduação são professores, sendo uma aposentada e dois em exercício na profissão. Os participantes que possuem a menor escolaridade exercem a atividade de pescadores, comerciantes, lavadeira de roupas e aposentados pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

Dos 20 entrevistados quatro são pescadores profissionais, sendo uma do sexo feminino, todos com registro em carteira. O tempo em que exercem a pesca varia de 3 a 23 anos. Um participante relatou que tem registro em carteira há três anos, relatou que pesca no rio há mais de 30 anos, e só fez o registro como pescador profissional após ter se aposentado do serviço público. Os trechos que se deslocam para a pescaria correspondem: barranco do rio no próprio bairro; Baía do Sadao até a ponte e Baía da Palha.

Todos os pescadores relataram que gostam das atividades que exercem, porém a questão da acessibilidade ao rio é um dos entraves que vem ocorrendo de maneira mais intensificada a cada dia. Os peixes pescados são vendidos aos moradores do bairro Jardim Oliveira, em comércios, bares, restaurantes, nas ruas, na casa do próprio pescador, como também pescam para o próprio sustento. Relataram que a renda é suficiente para manter a família em relação ao custo de vida no bairro, isso porque não pagam aluguel e por estarem próximos ao rio.

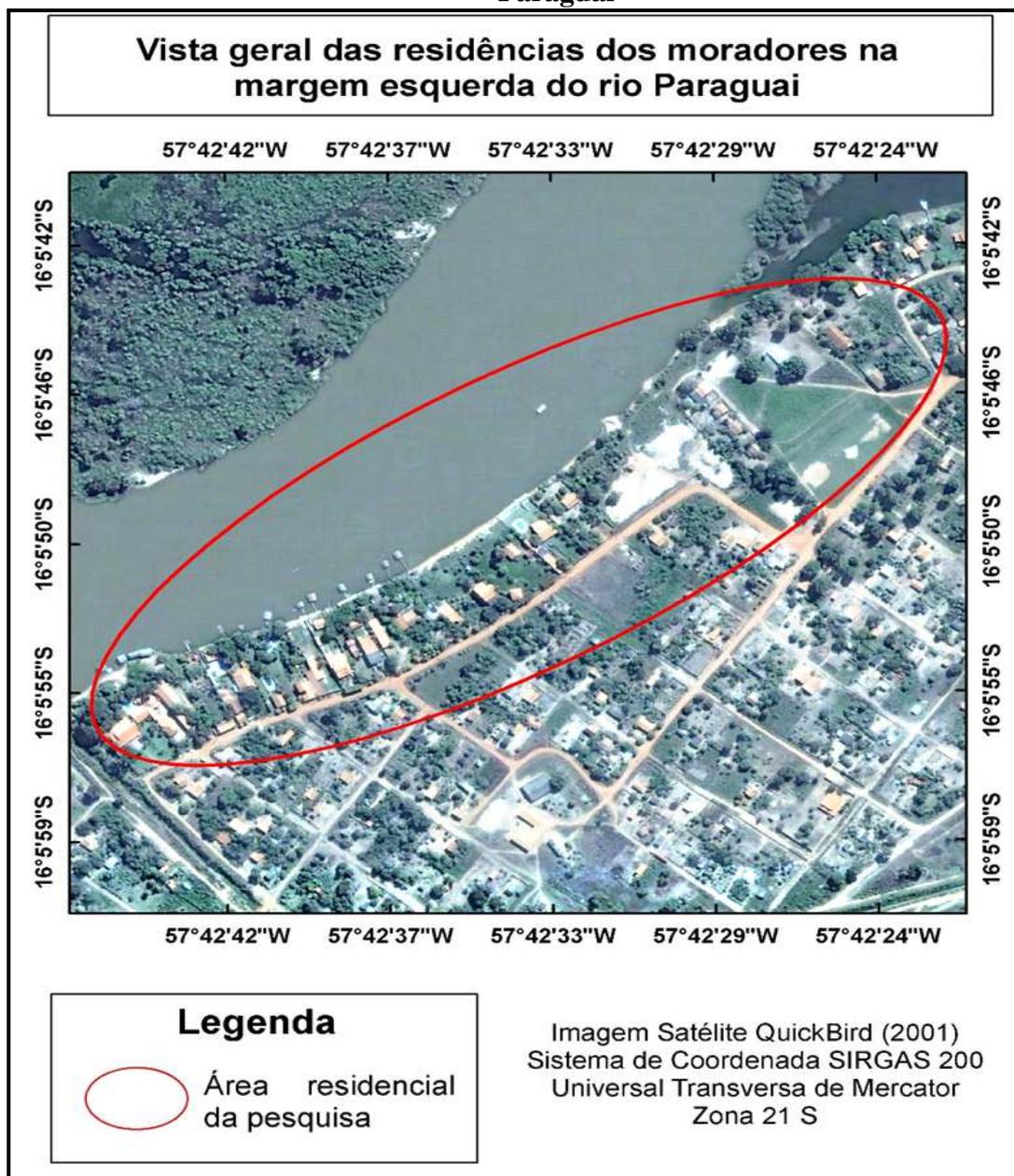
#### 4.1 A apropriação da margem esquerda do rio Paraguai: ausência de acessibilidade ao rio

A margem esquerda do rio Paraguai foi apropriada a partir do momento em que moradores com posse de seus lotes e casas iniciaram o processo de comercialização, ou seja, realizaram a venda ou troca a terceiros, conforme os relatos da Senhora Cida Rossi: “Ali praticamente foi escolhido a dedo, quem morava ali e quem não morava, porque é vendido também, foi vendido muitos terrenos ali na beira do rio”. Como também expresso pela senhora Dina “a maioria das pessoas que pegaram terreno eram pessoas humildes e depois fiquei sabendo que foram comprando essas pessoas e foram cercando, tomando conta, fazendo muro de arrimo e tomaram conta dessa margem esquerda próximo da barranca”, assim como nas falas do senhor Florentino:

[...] as pessoas invadem e depois vendem né **exemplo é aquela beira do rio, as pessoas que ganhou o lote vendeu o lote a troco de geladeira a troco de fogão e que eles estão lá hoje**. Os que chegaram, fizeram seus condomínios e pararam, os que têm os poderes e o que não tinha condições de construir pegaram e venderam, hoje são mínimas as pessoas que têm, se for fazer um levantamento no bairro hoje eu acredito, que dentro do Jardim das Oliveiras que participaram da invasão se não consegue encontrar aí cento e cinquenta pessoas (Sr. Florentino, trabalho de campo, 2016) [grifo nosso].

Os fatos acima relatados apontam que com a troca ou venda dos lotes ocorreram os ganhos com a terra, tanto para quem efetuou a troca, como para quem obteve o imóvel, a compra foi realizada por pessoas com melhores condições financeiras, as quais diante da posse, construíram suas casas, seus condomínios, pousadas, residências e muros. É possível perceber que o que era para ser um bairro popular, passou também a consolidar-se em espaço voltado às pessoas com maior poder econômico, como também evidencia-se que as pessoas com menor poder aquisitivo não conseguiram um lote à beira rio, certamente não teriam condições de realizar a compra ou a troca, evidenciando assim as desigualdades sociais, reforçada nas falas da Senhora Luíza Tonica ao relatar que “*Isso é uma maior injustiça com os moradores antigos, porque eles mesmos foram vendendo os lotes e foram se isolando, então ficou uma margem de quem tem dinheiro*”. É possível visualizar a partir da Figura 1 que apresenta a vista geral das residências localizadas na margem esquerda do rio Paraguai.

**Figura 1 - Vista geral das residências dos moradores na margem esquerda do rio Paraguai**



Elaboração: LIMA, T. E. (LAPEGEOF), 2016.

Esta ocupação coaduna com os apontamentos de Costa et al (2014). Estes autores, ao realizarem o trabalho denominado “Olhar Geográfico sobre o espaço urbano de Cáceres-MT”, apontaram que no Jardim Oliveira os proprietários dos lotes localizados na margem esquerda do rio, construíram residências, pousadas, restaurantes e casas de veraneios, estas são alugadas para os turistas nos finais de semana, reforçam os autores que com essa situação percebe-se o contraste social no bairro, que se por um lado existem grandes construções margeando o rio Paraguai, sendo estas do outro se observa casas simples, lotes baldios, sujos e abandonados. Como também apontado nos estudos realizados por Junior et al (2013), o uso

e a ocupação da margem esquerda do rio Paraguai têm contribuído de forma direta e indiretamente para a ocorrência de diversos impactos socioambientais.

Percebe-se assim que no Jardim Oliveira a apropriação da margem esquerda do rio resultou não somente na expansão desordenada do bairro, mas também nas transformações na área marginal. De acordo com Zart *et al.* (2016), a margem esquerda foi aos poucos ocupada de forma irregular, cercada e impedindo à comunidade o acesso ao rio e à pesca, considerada a principal fonte de alimento à grande maioria dos moradores no bairro.

Nas Figuras 2 e 3 ilustram-se os caminhos públicos que ainda são permitidos aos moradores o acesso ao rio Paraguai coadunando com os relatos do senhor Tony “O acesso é na areeira e o outro é ali no corgo, beirando o corgo. Isso aí né? Eles podiam deixar, na verdade essa rua aqui comunicava no rio, mas como eles tomaram conta, não tem mais acesso pros outros entrar no rio, então eles têm que fazer a volta lá.”

**Figura 2 - Caminho 1 de acesso rio Paraguai. Figura 3 - Caminho 2 de acesso ao rio Paraguai**



Fonte: SOUZA, trabalho de campo, 2016.

A partir das imagens percebe-se que não é um acesso para as médias e grandes embarcações, mas sim para as de pequeno porte, como barcos e canoas a remo, e mesmo para estas os caminhos são estreitos e de difícil acesso ao rio, principalmente na época em que o rio está cheio. Nas imagens ilustrativas verifica-se que os caminhos de acesso ao rio no Jardim Oliveira são estreitos, são trieiros a exemplo do caminho 1, localizado entre o campo de futebol, a extração de areia e próximo ao centro histórico do bairro, cuja dimensão é dois metros (2 m) de largura, por dois metros e oitenta centímetros (2m e 80 cm) de comprimento.

Já o caminho 2 localiza-se na rua Areeira, após a ponte de madeira no bairro oportuniza dois metros e noventa centímetros (2 m e 90 cm) de largura, o que representa grandes dificuldades de acessibilidade ao rio, pois na época das cheias o acesso é direto ao

barranco do rio, não é possível passar com a embarcação, o acesso é possibilitado apenas aos que vão a pé, com carriola, carrinho de mão ou de bicicleta.

Um interlocutor nos relatou que quando foi realizado o loteamento para as famílias foram reservados alguns lugares para que os moradores do bairro pudessem ter acesso ao rio Paraguai. Vejamos os relatos do Senhor Figueiredo:

[...] Porque nós temos ali uma área muito grande do campo de futebol que foi deixado essa área para ser ocupado. Inclusive tem praia tem tudo ali e aqui a área do fundo aqui também é livre a área de preservação, aí ela é livre à beira do barranco, ela é livre de fora a fora, não tem nada que venha a dar problema. Aqui onde eu moro, onde eu moro aqui na minha propriedade é uma área considerada pública, porque o meu portão na beira do rio não é murado, não é cercado, é livre pra todos os moradores que entra e sai é o único também aqui, mais essa parte que tô dizendo pra moradores ter, a parte pros moradores ter liberdade de pescar, passar o dia, já tem as áreas reservadas pra eles também, aí eles não tem o que queixar, agora não é que eu queria assim ver o meu lado, mas desde que eu vim pra cá ela é liberada, portão aberto, fundo aberto, não tem cerca, não tem nada, pessoal chega na barranca do rio é livre, pesca de dia, de noite a maioria. Eu tenho que dar esse exemplo que eu sou morador muito antigo né? [...] só que minha área aqui é liberada né? (Sr. Figueiredo, trabalho de campo, 2016).

Os relatos da grande maioria dos interlocutores denunciam uma direção contrária de que há espaços de passagem e esclarecem as dificuldades enfrentadas pelos moradores do bairro ao mencionarem os caminhos que restaram para acessar ao rio “Eles vêm aqui, deixa o carro e desce a pé até a barranca do rio. Se proibir aqui vou ter que ir lá na areeira uns 500 a 600 metros pra mim poder pegar a beira do rio (Sr. Eurípedes, trabalho de campo, 2016).

A não acessibilidade ao rio é um dos fatos que interfere nas relações socioambientais, pois é um dos fatos mais lamentados pelos moradores e reforçado pela interlocutora Senhora Luíza Tónica, moradora da margem esquerda do rio, ao relatar que “o acesso hoje só ocorre pelas beiradas, que as pessoas procuram subir pelo rio mais pela baía, depois eles descem e vêm aí pescando por ali e quando enche é pior que daí eles não têm como passar mesmo, que daí é terrível”. Acrescenta ainda que:

Era o máximo aqui, você entendeu? Porque eu vinha **tinha por onde entrar aqui, de qualquer lugar tinha**, mais já era habitado, já tava, quando Dante doou já começou a fechar tudo né? Eu fui construir só em 2005! [...] Mais eu andava por aqui tudo, eu achando bonito, e agora não, agora ficou a separação do bairro mesmo. Nós aqui na beira do rio, nós somos um entrave pro bairro, até para desenvolvimento do bairro, mesmo porque daí fechou todo mundo pra cá e a pobreza ficou do lado de lá e eles sentem muito não ter acesso na beira do rio (Sr.<sup>a</sup> Luíza Tónica, trabalho de campo, 2016) [grifo nosso].

Leandro *et al.* (2013) apontaram em seus estudos que mesmo que os proprietários

tenham construído muros de arrimo para conter a erosão marginal do rio Paraguai no bairro Jardim Oliveira, estes têm causado vários prejuízos para os moradores, encontram-se em péssimo estado de conservação, precários com ausência de zelo e cuidados, pois verifica-se a presença de lixos e entulhos, dificultando o acesso de quem busca o rio para diversas finalidades.

Verifica-se que a ausência de liberdade é sentida pelo fato de além da não acessibilidade e de não poderem contemplar a beleza do rio Paraguai, aponta o descontentamento em relação à construção de casas e muros, pois se caso queiram apreciar ou fazer uso do rio como faziam antes das construções tem que ir a outros pontos de acesso.

Gomes (2012), ao discutir espaços públicos, ressalta que, a acessibilidade não pode estar condicionada a nenhum critério, a não ser aqueles previstos em lei e legitimados em razão da igualdade de condições que se espera existir, assim como, o respeito às liberdades individuais e ao bom convívio social. Enfatiza o autor que “esse espaço pode ser visto como o território da lei democrática, seu *locus*, sobretudo é preciso ser neutro às “diferenças”, seguindo um código de respeito mútuo, devem se submeter às regras da civilidade”, onde o comportamento esperado nesse tipo de espaço é a maneira de ser e de agir (GOMES, 2012, p. 29-30).

Nas falas dos interlocutores é possível compreender que se recordam como era à margem do rio Paraguai antes da apropriação, das construções de casas e dos muros, os relatos são revelados pelo senhor Florentino: “eu me recordo, antes desses 12 anos, antes de morar no bairro na verdade, eu vinha pescar com meu tio ai, ali era uma mata fechada, ali era só árvores”, como também presente na memória da Senhora Josefa “eu recordo, era bonito de tanto arvoreiro nesse rio, era sombrio de tanto arvoreiro nesse rio, depois que esse povo entrou acabou”, assim como a senhora Marlene relatou que “antes de construir isso aí era muito bom até a temperatura era bem melhor, algumas partes era aberto, você cortava caminho você podia descer hoje tá tudo tampado né? Não era cheio de casa assim”.

Nestes relatos ficam evidentes as transformações ocorridas em relação à retirada de árvores que davam sombras, foram substituindo-as por construções de moradias, a diferença também é percebida quanto à temperatura. Conforme Silva et al (2014), as árvores exercem um papel fundamental para a manutenção da qualidade de vida, tendo em vista que estas proporcionam muitos benefícios, além de oferecerem sombras, amenizam as altas temperaturas, melhoram a qualidade do ar.

Os interlocutores, ao afirmarem que sentem pela apropriação da margem esquerda do rio, são por compreenderem que este é um espaço público, mas que nos dias atuais a falta de

acesso tem se intensificado. De acordo com Serpa (2004), em sua obra “Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica”, ressalta que este é também simbólico em se tratando da apropriação dos espaços públicos, pois tem implicações que ultrapassam o design físico e traz alguns questionamentos que corroboram com as questões enfrentadas pelos moradores do Jardim Oliveira, “afinal, que qualidades norteiam a apropriação social do espaço público? Como explicar a apropriação seletiva e diferenciada de espaços, que, em tese, seriam – ou deveriam ser – acessíveis a todos? (SERPA, 2004, p. 22).

A privatização dos espaços públicos e de uso coletivo é um dos dilemas socioambientais que afetam a vida dos moradores do Jardim Oliveira, verifica-se ainda que estes afrontam o uso e costumes, visto que, o rio Paraguai, além de ser fonte de sobrevivência, ao fornecer o peixe, principal alimento para muitas das famílias do bairro, também é local de empreendimentos privados voltados aos interesses próprios (SILVA e SOUZA, 2012).

Em concordância com Bourdieu (2013), ao mencionar que o espaço apropriado é um lugar onde se pode afirmar e se exercer o poder, provavelmente sob a forma mais sutil, a capacidade de dominar o espaço apropriando-se mesmo que de forma material ou simbolicamente dos bens públicos e tornando-os privados, depende do capital possuído. Para o autor, o capital permite o distanciamento, mas ao mesmo tempo aproximação de coisas, objetos e pessoas.

#### **4.2 Extração De Areia, Tablados E Cevas Na Área Marginal: Condicionantes Dos Impactos Ambientais E Dilemas Socioambientais**

Os relatos dos interlocutores apontam que a extração de areia e a presença dos tablados e cevas, além de não oportunizar o acesso ao rio Paraguai, são também grandes causadores de impactos ambientais. Estes interferem diretamente não somente no leito do rio e na área marginal, ocasionando a perda da vegetação, da mata ciliar, mas também afetam a vida da população local, especificamente a dos que residem nas proximidades do rio, assim como os que moram nas ruas onde trafegam os caminhões carregados de areia.

Com relação à extração de areia, a Senhora Edna relata que “ela é muito próxima da comunidade né? Se fosse o caso de ter um mapeamento, assim, se fosse mais longe dos barrancos ajudaria”. Assim como em outros relatos:

No meu ponto de vista, primeiro eu acredito que essa parte de areia, no caso, essa draga, pelo menos no meu ponto de vista ela teria que ser fora da cidade, ela não prejudica somente lá no impacto ambiental no rio, ela prejudica também aqui nas estradas, nas ruas do bairro, elas acabam muito com o bairro, é usado direto caminhões pesados entendeu? Você pode pegar o exemplo nosso, e o bairro

Paraíso, a gente não consegue deixar essas ruas arrumadas, devido ao número de caminhões pesados que fica passando constantemente, ela não cria impacto só no rio, ela cria impacto também aqui, dentro do bairro nas ruas nossas, [...] e nossos órgãos não vê isso porque paga imposto, paga tudo, pra eles é normal (Sr. Florentino, trabalho de campo, 2016).

Olha! O que eu tenho a dizer e que sempre falei é pouco cuidado, é a questão da areeira que nós temos dentro da comunidade, ela solta um óleo diário quando tá trabalhando com a sucção né? Temos ali a máquina dentro do rio, ela direto fica soltando óleo, esse óleo prejudica muito mesmo, tanto os peixes, como o rio, como os moradores da beira do rio, isso é reclamado sempre e tenho notado pouca providência nisso aí. Na questão do impacto também dessa areeira aqui tem prejudicado muito a nossa comunidade, então eu digo o seguinte pra senhora seria tão importante se as autoridades tomasse providências sobre essa questão dessa areeira aqui nessa comunidade, por que ela não tá bem preparada para ficar nesse local, e o derramamento de óleo é muito aqui na beira do rio, sem contar também a areia na rua, quando os caminhões vão fazer o carregamento de entrega a rua fica cheia de areia também, é mal cuidada pelo proprietário (Sr. Figueiredo, trabalho de campo, 2016).

Os interlocutores apontaram que os impactos ambientais vêm ocorrendo, sem muita precaução, tanto da empresa como dos órgãos responsáveis pela fiscalização que autorizam a atividade à empresa. De acordo com os relatos dos interlocutores, as ruas do bairro, bem como, os moradores, são afetados com a intercorrência e fluxo de caminhões pesados que deixam as marcas do descuido, do abandono, da ausência do poder público face a fiscalização e a indignação, conforme relata a Senhora Deisinha “eu fico pensando que se tivesse asfalto como seria esse asfalto. Cheio de areia? Isso não tem cabimento”.

Segundo Amorim (2003), o rio Paraguai é um importante recurso natural que exerce um papel de grande relevância na vida dos moradores do bairro e que a extração de areia atende a fins lucrativos ao explorar o rio. Conforme Santos (2008, p. 85), aquele que possui suas propriedades e utiliza o lugar em função de suas finalidades e exclusivamente visando à lucratividade, incorrem no risco de ter olhos para os seus próprios objetivos e permanece às cegas para tudo o mais à sua volta.

Nesse aspecto, os interlocutores do estudo relataram que o proprietário da empresa que exerce a extração de areia não mora no bairro, não vivencia os problemas ambientais no lugar explorado, apenas comanda e obtém lucros, por essa razão acreditam que a empresa não se preocupa com as consequências impactantes no local.

Com efeito, Amorim (2003) pontua que a atividade de extração de areia acaba destruindo o habitat e os organismos na área onde está instalada, dessa forma, com a remoção do material, ocorrem o aprofundamento do canal, pode ocorrer também o aumento da velocidade da água no novo canal, com o derramamento de óleo, deixa a margem do rio poluída, dificultando o acesso das pessoas ao rio, pois os participantes do estudo enfatizaram

também que, em decorrência da extração de areia no local, torna-se perigoso para banho e para pesca. A areia em excesso prejudica a vegetação e, até mesmo as árvores frutíferas (AMORIM, 2003).

De acordo como o relatório da SEMA/MT os tablados encontrados na área marginal do rio Paraguai são “estrutura de madeira que se valem de tambores ou tubos flutuantes, e de escoras de madeira ou aço”. Os interlocutores do estudo enfatizaram que estes são também grandes causadores de impactos socioambientais, pois estes dificultam o acesso ao rio tanto dos moradores do Jardim Oliveira, dos pescadores profissionais, como da população de Cáceres em geral. A maioria dos moradores da margem esquerda do rio no bairro possui tablados ou flutuantes.

De acordo com Rodrigues *et al.* (2015), os tablados são espaços nos quais são produzidos tanto resíduos orgânicos como resíduos secos, e quando estes são depositados no leito do rio colaboram para o aumento da poluição. Isso posto, afirmam os autores que o modo de uso dos tablados e a presença do homem interferem diretamente no meio ambiente.

De acordo com o relatório da SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente) do estado de Mato Grosso, trata-se de levantamento de tablados, acampamentos, ranchos e píeres (passarelas de madeira com flutuante de tambor em plástico modo artesanal) foram constatados 178 tablados, sendo que no Jardim Oliveira foram encontrados 26 tablados e um píer, todos localizados na margem esquerda do rio Paraguai e identificados na zona urbana, assim como em Área de Preservação Permanente (APP). Muitos deles em péssimas condições de conservação, estes não atendem ao previsto na legislação NORMAM 11 da Marinha. Cabe ressaltar que o Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Cáceres – Mato Grosso, determinou que a Marinha de Cáceres realizasse a identificação e retirada dos tablados que estivessem em condições precárias no rio Paraguai, pois consta neste órgão o Inquérito Civil sob nº 1.2000.000181/2014-20. De acordo com a Recomendação nº 27/2016, foi levada em consideração a Lei 9.537/97, especificamente a sua regulamentação pela NORMAM 11 (Marinha do Brasil), e pontuou as seguintes considerações:

Considerando o risco atual e permanente que estruturas de tablados em deterioração ou em situação de precariedade estrutural, instalados no rio Paraguai, representam à segurança da navegação aquaviária e aos usuários;

Considerando que o desprendimento de partes desses tablados pode gerar acidentes envolvendo embarcações que navegam no rio Paraguai;

Considerando que a instabilidade dessas estruturas precárias expõe a risco seus usuários, especialmente crianças, que podem ser lançadas às águas, com real risco de afogamento;

Considerando o inegável quadro de ilegalidade que envolve a instalação dessas estruturas no rio Paraguai, ali acondicionadas sem qualquer projeto ou assessoria técnica, com utilização inclusive de materiais inadequados;

Considerando a dificuldade de localização e identificação de proprietários ou responsáveis por essas estruturas, sobretudo aquelas em estado de precariedade mais acentuado (Recomendação nº 27/2016/MPF, 2016).

Foi determinado à Marinha do Brasil e à Polícia Militar Ambiental do Estado de Mato Grosso que identificassem todas as estruturas dos tablados instalados no trecho do rio Paraguai correspondentes próximos e na cidade de Cáceres/MT, que estivessem oferecendo risco permanente à segurança da navegação aquaviária e à integridade física dos usuários. Como também a remoção, inclusive sua demolição/destruição para que pudessem ser retirados da área marginal e do leito do rio.

Quanto à atuação da marinha ao realizar a retirada dos tablados que se encontravam em estado irregular, o Senhor Zé Carlinhos relatou:

Então, hoje teve uma fatalidade! Hoje não, eu digo hoje atualmente até semana passada, a marinha junto com o Ibama, fez a retirada de todos os tablados e cevas da beira do rio. Porque o rio Paraguai daqui de Cáceres até a entrada do rio Jauru é tudo loteado. Aqui é meu, ali é de fulano. Então a marinha está tirando todas as cevas da beira do rio, levaram todos os tablados, levaram tudo pra carne seca, levaram todos os flutuantes pra lá, então à beira do rio está desocupada. Alguns que ficaram ainda por falta de tirar, mais já estão tirando, e os que ficaram aqui é que tem um projetinho [...] (Sr. Zé Carlinhos, trabalho de campo, 2016).

O fato de o interlocutor ao presenciar a ação da marinha, e mencionar esse momento como “fatalidade”, nos leva a crer que a fiscalização e a retirada destes não é fato corriqueiro. Isso porque foi possível visualizar que os tablados na área marginal estão localizados muito próximos um do outro, o que dificulta a circulação das pessoas na margem do rio. Essa situação contradiz o Decreto 1.210 de 03 de julho de 2012, que dispõe sobre a instalação de tablados e flutuantes nos corpos hídricos do Estado de Mato Grosso. No Art. 4º estabelece que os tablados flutuantes deverão ser instalados respeitando uma distância mínima de vinte metros (20 m) entre eles e com afastamento de 10 metros (10 m) dos perímetros laterais da área do empreendedor. No § 2º será permitida a instalação de um único tablado para fins de pesca de subsistência e lazer, respeitadas as condições previstas em lei, observando ainda os incisos:

I - dimensão máxima de quinze metros quadrados (15 m<sup>2</sup>), sendo três metros (3m) de largura, por cinco metros (5m) de comprimento;

II - ser composto de plataforma e parapeito de madeira, flutuadores e local adequado para a destinação de lixo;

III - conter identificação individual, obtida no respectivo processo de cadastramento.

No entanto, há relatos de que grande parte dos proprietários dos tablados coloca a ceva no seu entorno, por essa razão inibem a acessibilidade dos demais moradores ao rio, assim ninguém pode se aproximar, o que é motivo para brigas, ameaças e retirada das pessoas. De acordo com Rodrigues et al. (2015), “ceva é uma espécie de isca que se valem de produtos de origem animal e vegetal, tais como: torresmo prensado, mortadela, milho, soja, ração” com a finalidade de atrair os peixes e capturá-los com maior facilidade, para tal estes são sempre “colocados nas proximidades dos tablados”. Vejamos os relatos:

Ah! Eu acho totalmente errado, totalmente, porque ninguém pode chegar nesse tablado, ninguém pode ir nessa ceva, porque cada morador ali tem o seu pedaço, tem a sua ceva, tem seu tablado, você vai ali pescar, você não pode nem chegar ali perto do tablado, porque eles então brigam com você, mandam você sair, isso acontece demais já incendiaram um tablado por causa disso né? De uma senhora aí (Sr<sup>a</sup> Deisinha, trabalho de campo, 2016).

Os tablados nossa! Vai jogar uma linha ali perto daqueles tablados! Não é bom não. Assim, tem uns ali, umas pessoas que não ligam, mais tem outros que já encrespa entendeu? Tem umas pessoas aí que se você jogar ali já falam um monte, uma vez um homem só faltou falar que ia atirar na cara da minha irmã, porque ela estava pescando, foi jogar a linha assim, foi perto do tablado dele e ele começou a falar um monte de coisas pra ela, aí ela pegou e teve que sair e atravessar do outro lado pra poder pescar (Sr<sup>a</sup> Cida Rossi, trabalho de campo, 2016).

A Senhora Marlene relatou que não concorda com os tablados na margem do rio, para ela “só quem tem dinheiro que coloca e mantém os tablados”, como também nas falas da Senhora Leny que não acha certo porque compreende que “ali é um rio, é feito pra pescar, pra tomar banho, não pra tentar fazer casas em cima daquilo ali, fazer um passeador em cima daquilo ali, não tá certo”. Percebe-se nos relatos abaixo que possuir tablados não é privilégio de todos que utilizam o rio:

O tablado aí eu digo o seguinte, porque aí na realidade alguns pode ter né? Mais como eles invadiram e passaram a deixar os mais fracos pra traz e não querer que os mais fracos usasse e como não usa né? Não deixam usar. Então, isso aí pra mim se eles tirar é uma vantagem, não pra mim porque eu não tô usando mais o rio, tô fora do rio, mais assim pros outros que são fracos que precisa de pegar um alimento lá no rio né? porque isso aí é uma fonte de alimento pra pobreza (Sr. Tony, trabalho de campo, 2016).

Então isso já começou a operação né? Os irregular foi tirado na verdade a gente até concorda com isso que estava enfeando o nosso rio né? A população um em cima do outro e até mesmo prejudicando a adaptação, mais quando a gente fala em tablado eu já vou um pouquinho adiante, eu acho que tinha que ser no geral, fazer a lei, cumprir a lei no geral, aqui a gente vê que atinge somente os pequenos, os grandes não atingem, você vê hoje os grandes, os pescadores

profissionais que dependem de pegar o peixinho pra sobreviver ele é proibido de fazer uma ceva, quando você pega um pouquinho abaixo. Já das navegações o que a gente vê é inúmeros quantidade de cevas de galão, de cevas fixas, aí você vai ver quem são os proprietários é dono de pousada, é autoridade, é policial, é bombeiro, eu falo isso porque eu utilizo o rio diário todos os dias e a gente vê isso aí (Sr. Florentino, trabalho de campo, 2016).

Os relatos apontam a ineficácia da ceva concentrada que acaba prejudicando diretamente o peixe no rio, como também a insatisfação da forma como os órgãos fiscalizadores procedem para com aqueles que não têm condições de regularizar a documentação exigida em lei. Reforça a ideia de que para ter tablados na margem do rio é necessário ter recurso financeiro, evidenciando, assim, as contradições de que o rio é um bem público e que o acesso deve ser para todos. A omissão por parte dos órgãos públicos na aplicação da lei, além de gerar descontentamentos pelos próprios usuários do rio no Jardim Oliveira, tem gerado reações e tomada de atitudes que vão desde o abandono da profissão de pescador, a mudança do local, problemas de saúde como mencionado acima e a intercorrência de denúncias ao poder público a respeito das situações conflituosas.

Se por um lado a retirada dos tablados influencia diretamente na vida de seus proprietários, diante dos custos que demandam a legalização, a permanência destes dá origem aos problemas socioambientais, pois afetam as relações dos moradores e demais usuários do rio, que o utilizam para pesca (profissional e subsistência), para o banho de lazer, assim como o próprio peixe, fonte de sobrevivência e de alimentação.

Em estudos realizados por Silva et al. (2011) quanto ao processo de uso e ocupação da margem esquerda do rio Paraguai, evidenciou que a permanência dos tablados e de cevas assume como uma prática de pesca predatória, contrariando o dispositivo da Lei nº 9.096, que rege a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso, conforme o dispositivo do Art. 25 que preconiza que “proibido extrair recursos pesqueiros do Estado de Mato Grosso de plataformas, tablados e ceveiros fixos para pescaria colocados no leito do rio”. De acordo com os mesmos autores, os proprietários dos tablados se posicionam como donos do local, coibindo e dificultando o acesso dos moradores do Jardim Oliveira ao rio, ocasionando a estes os dilemas socioambientais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos revelaram a evidência de uma nova configuração espacial ocorrida no bairro Jardim Oliveira, marcada pelas alterações da paisagem predominante na área marginal

em face de sua apropriação e construções de casas, muros e tablados. A margem do rio Paraguai encontra-se totalmente ocupada, não há presença de lotes vazios, ao contrário das demais ruas do bairro que além de casas abandonadas encobertas pelo matagal, há lotes que têm servido para acumular lixo doméstico e entulhos.

Devido à apropriação da margem esquerda do rio Paraguai, os moradores do Jardim Oliveira têm vivenciado os dilemas socioambientais, os quais resultaram não somente em mudanças no perfil socioeconômico e cultural, expansão do bairro, mas de limites e de restrições aos moradores e aos usuários do rio que dele dependem para o trabalho, para a pesca de subsistência e para o lazer, pois encontram-se com dificuldades de acesso a esse recurso natural, mesmo este sendo um espaço público que deveria garantir o acesso indistinto a todos. Isso porque este rio é um recurso hídrico de grande relevância para a cidade de Cáceres, não somente por ser um recurso natural, mas também por sua importância histórica e cultural, porque uma parcela da população cacerense busca no rio o lazer nos finais de semana, para banho e pescaria, assim como grande parte dos moradores do Bairro Jardim Oliveira busca nesse rio fonte de alimento, trabalho e renda.

A área total da grande maioria dos lotes dos moradores do bairro é de quinze metros de largura (15 m) por trinta metros (30 m) de comprimento, no entanto as propriedades localizadas na área marginal ocupam mais do que o correspondente aos lotes que foram divididos, visto que ao incluir a área marginal chegam a ocupar quinze metros (15 m) de largura por cem metros (100 m) de comprimento. Essa apropriação que além das residências construídas na margem do rio que dificultam a acessibilidade, há a presença da extração de areia e dos tablados. Percebe-se que estes são grandes causadores de impactos socioambientais, não somente no leito do rio, mas interferem diretamente no cotidiano de quem ali reside.

Os moradores do bairro, que reclamam da acessibilidade ao rio, há anos clamam por medidas de intervenção por parte dos órgãos competentes para a resolução dos problemas, os quais deveriam fiscalizar com mais intensidade, isso porque a maioria dos moradores usuários do rio se sentem prejudicados e sem liberdade diante do cerceamento e presença dos tablados, motivos que geram grandes e sérios problemas socioambientais, pois os proprietários dos tablados se posicionam como donos e, ao colocarem cevas no leito do rio, não permitem a pescaria nesses espaços.

Portanto, o estudo possibilita para o universo acadêmico a compreensão sobre a realidade do Jardim Oliveira e para os sujeitos do estudo terem o conhecimento diante do contexto ao qual estão inseridos e suas cotidianidades. Como também traz discussões para

poder de alguma forma suscitar as políticas públicas e quais medidas devem ser tomadas, assim como a fiscalização no rio deve ser efetivada, no sentido de garantir a todas as pessoas o acesso a um bem público, não somente para a comunidade estudada, mas para a população cacerense que se utiliza desse recurso de diferentes modos.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, I. A. **Proposta de sensibilização de educação ambiental no bairro Jardim Oliveira, para redução dos impactos ambientais na margem esquerda do rio Paraguai – Cáceres – MT.** Cáceres–MT: UNEMAT, 2003.

ARAÚJO, B. D. (Org.); ARAÚJO, E. ESGALHA, V. S. CONTE; C, Q. FILHO, C, L. **Cáceres: Vila Maria do Paraguai.** - Cuiabá: BDA, 2009.

BINDANDI, N. M. **Evolução da navegação, morfologia e sedimentação no rio Paraguai no município de Cáceres, Mato Grosso, Brasil.** Dissertação de mestrado. Disponível em [www.unemat.br/prppg/ppgca/docs2014/](http://www.unemat.br/prppg/ppgca/docs2014/) acesso em 08/out/2015.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Portugal: Porto, 1994.

BORDIEU, P. **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado.** Estudos Avançados 27 (79), 2013.

BUHLLER, B. F; SOUZA, C. A; OLIVEIRA JUNIOR, E. S. Qualidade da água do rio Paraguai no perímetro urbano em Cáceres–MT, Brasil. **Revista GeoPantanal.** UFMS/AGB. Grupo de Pesquisa Pantanal Vivo. Corumbá/MS. 8(14): 67-89. Jan./Jun. 2013.

COSTA, A. B. S; JUSTINIANO, L. A. A; COSTA, D. L; SILVA, T. P. **Olhar geográfico sobre o espaço urbano de Cáceres- MT:** experiências e vivências compartilhadas através da aula a campo. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória/ES, 2014.

GOMES, P. C. C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: **Olhares geográficos:** modos de ver e viver o espaço. (Org) Iná Elias de Castro; Paulo César da Costa Gomes; Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

JUNIOR, U. J. R; BAMPI, A. C; CRUZ, J. S. **A atenuação dos impactos e conscientização dos agentes envolvidos no processo de uso e ocupação das matas ciliares no rio Paraguai:** entre a foz do rio Sepotuba a cidade de Cáceres região do Pantanal Mato – Grossense através Gestão ambiental. Revista de estudos sociais, N. 30, V. 15, 2013.

LEANDRO, G. R. S; ANDRADE, L. N. P. S; BINDANDI, N. M. Processo de navegação e uso das margens no rio Paraguai no município de Cáceres – Mato Grosso. **Revista GeoPantanal.** UFMS/AGB. Grupo de Pesquisa Pantanal Vivo. Corumbá/MS. 8(14): 27-45.

Jan./Jun. 2013.

LUDKE, M; ANDRÉ. M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 6. Ed. São Paulo: EPU, 1986.

MATO GROSSO. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Decreto Estadual nº 1.210, de 03 de julho de 2012. **Dispõe sobre a instalação de tablados flutuantes nos corpos hídricos do Estado de Mato Grosso e dá outras providências**. Disponível em <www.sema.gov.br>. Acesso em: 15 de jun. 2016.

MATO GROSSO. Lei Nº 9.096, de 16 de janeiro 2009. **Dispõe sobre a Política de Pesca no Estado de Mato Grosso**. Disponível em <www.sema.gov.br>. Acesso em: 15 de jun. 2016.

MENDES, N. F. **Memória Cacerense**. Cáceres, MT: 1998.

MENDES, N. F. **História de Cáceres: origem, evolução, presença da força armada**. Tomo II. Cáceres-MT, Ed. Unemat, 2010 (apoio Fapemat/IHGC).

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 6. Ed.- 1994.

MORENO, G; HIGA, T. C. S (Org). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

RODRIGUES, E. M. S; LIMA, L. D. S; VANZELA; L. S. Pesca em tablados e educação ambiental: estudo com pescadores do reservatório da Usina de Nova Ponte- MT. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 10, n. 2 – págs. 78-90, 2015. Disponível em: DOI:http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol10.n2.p78-90.

SANTOS, L; ZAMPARONI, C. A. G. P. Evolução demográfica e influência no uso e ocupação do solo urbano em Cáceres (MT) entre 1940 e 2010. Universidade Federal de Mato Grosso – Brasil. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.6, n.13, set./dez. de 2012.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, W. M. Cáceres, cidade da fronteira no contexto da integração regional. In: **Novas Territorialidades nas Cidades Mato-grossenses**. (Org) Sônia Regina Romancini. Cuiabá: UFMT, 2009.

SERPA. A. **Espaço Público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 15, pp. 21 - 37, 2004.

SILVA, J. M; SATO, M. T. **Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil**. Ambiente & Sociedade. Campinas v. XIII, n. 2. p. 261-281. jul.-dez. 2010.

SILVA, R. V. **Uso e ocupação da margem esquerda do rio Paraguai e a percepção ambiental do município de Cáceres, Mato Grosso**. 2011. Dissertação de mestrado. Disponível em [www.unemat.br/prppg/ppgca/docs2011/](http://www.unemat.br/prppg/ppgca/docs2011/) acesso em 08/out/2015.

SILVA, R. V., SOUZA, C. A. Ocupação e degradação na margem do Rio Paraguai em Cáceres, Mato Grosso. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. G&DR. v. 8, n. 1, p. 125-152, jan-abr/2012, Taubaté, SP, Brasil.

SILVA, R. V., SOUZA, C. A. BAMPI, A. C. Os olhares dos pescadores profissionais e proprietários comerciais, sobre o rio Paraguai em Cáceres, Mato Grosso. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, Número 32, Junho/ 2014. Disponível <http://www.abes-dn.org.br>. Acesso: 08/outubro/ 2015.

SOUZA, D. D. **Programa Mais Educação em uma escola municipal em Cáceres/MT: sujeitos, espaços e tempo**. 2015. Dissertação de Mestrado. Disponível em [www.unemat.br/prppe](http://www.unemat.br/prppe). 2016.

ZART, L. L, MENDES, E. P; FERREIRA, T. N. F. Organização Socioeconômica de Mulheres: interpretações a partir de um bairro periférico de Cáceres-MT. **Revista Cultura & Extensão UNEMAT** 1.1 (2016): 60-72. Disponível em: <http://periodicos.unemat.br>. Acesso em: 26/Mai/2016.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

SILVA, A. A. S; BARROS, F. B. Ocupação Irregular do Rio Paraguai: Fator Predominante para a não Acessibilidade dos Moradores do Bairro Jardim Oliveira, Cáceres/Mt. **Rev. FSA**, Teresina, v.17, n. 10, art. 15, p. 285-309, out. 2020.

Contribuição dos Autores	A. A. S. Silva	F. B. Barros
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X